

O CORPO COM DEFICIÊNCIA COMO PEDAGOGIA: INTERSECCIONALIDADE E TRANSVERSALIDADE NO MOVIMENTO BRASILEIRO DE MULHERES CEGAS E COM BAIXA VISÃO (MBMC)¹²

Priscilla Isabel Menezes Dantas
NEIM-UFBA

Palavras-chave: Pedagogia do corpo; Desajuste (misfit); Capacitismo estrutural.

Este artigo defende a tese de que a presença do corpo com deficiência constitui, por si só, uma práxis pedagógica e política. Longe de reforçar o capacitismo estrutural pautado na narrativa neoliberal da "superação", propõe-se uma pedagogia do corpo que ensina e legitima a existência de outras formas de se mover, comunicar, produzir conhecimento e sentir o mundo. Para ilustrar essa perspectiva, a pesquisa analisa a atuação política de um coletivo de mulheres com deficiência, demonstrando como a inserção em movimentos sociais funciona como estratégia de reivindicação diante de barreiras que extrapolam a esfera individual. A partir de um viés interseccional, conclui-se que a experiência da deficiência, ao interagir diretamente com o racismo e outras opressões, exige uma ação coletiva capaz de transformar a dor e a exclusão histórica em potência de mobilização e transformação social. Assim, foi possível perceber que é no coletivo que esses corpos se reconhecem políticos, fraturam a lógica da normalidade e articulam a ruptura definitiva das estruturas capacitistas vigentes.

**1. TRABALHO APRESENTADO NA 35ª REUNIÃO BRASILEIRA
DE ANTROPOLOGIA (ANO: 2026).**

**2. O PRESENTE TEXTO CONTOU COM O SUPORTE DE
FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) PARA
FINS DE REVISÃO TEXTUAL E FORMATAÇÃO ESTRUTURAL,
PERMANECENDO A AUTORIA INTELECTUAL, A ANÁLISE
TEÓRICA E A RESPONSABILIDADE PELO CONTEÚDO
INTEGRALMENTE SOB O ESCOPO DA AUTORA.**

1. INTRODUÇÃO: O CORPO COM DEFICIÊNCIA COMO PRÁXIS PEDAGÓGICA E POLÍTICA

Quando pensamos em pedagogia, geralmente a primeira imagem que vem à nossa mente é a de uma sala de aula ou de uma instituição de ensino. Afinal, a pedagogia é a ciência que estuda a educação, abrangendo os processos de ensino, a aprendizagem e as práticas de formação humana. Quando esse pensamento ocorre em relação à pessoa com deficiência, logo se faz a associação com a educação inclusiva.

Porém, se fizermos o esforço de deixar de lado essa moldura institucional e trouxermos o debate para a realidade do cotidiano — através da existência física das pessoas na sociedade, da forma como se movem, como ocupam as ruas, interagem e reagem ao mundo —, a pedagogia vai se revelar como a produção e a transmissão de saberes, valores e modos de ser que ocorrem no dia a dia. Assim, o corpo deixa de ser apenas um suporte biológico e passa a ser compreendido como um texto cultural e um veículo pedagógico em si, que ensina e comunica algo político e social.

Dessa forma, a sociedade funciona através de uma pedagogia invisível e normativa, que dita nos espaços públicos, no mercado e na cultura quais corpos são considerados normais, produtivos ou belos. É nesse cenário que o corpo com deficiência, ao circular e viver no mundo, funciona como uma contra-pedagogia, pois resiste e vai contra o papel de invalidez ou de passividade. O corpo com deficiência valida a memória corpórea e a experiência vivida na pele como formas legítimas de conhecimento, mostrando que a resistência e o saber surgem da vivência concreta do sujeito que desafia as expectativas sociais.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo central demonstrar como a presença do corpo com deficiência constitui, por si só, uma práxis pedagógica e política na dinâmica da vida social. Esse corpo não precisa de uma ação deliberada para educar o entorno, pois, através do gesto, ele desestabiliza a ordem naturalizada e ensina, sem precisar dizer uma palavra, que o mundo também é dele.

A formulação do corpo como potência pedagógica nasce a partir de uma roda de conversa durante a formação política do MBMC, realizada na Bahia, da qual tive a oportunidade de participar. No calor daquele espaço de escuta mútua, a semente desse conceito foi plantada. Posteriormente, fui amadurecendo essa percepção ao observar a dinâmica cotidiana das interações sociais, pois percebi que intencionalmente ou não, nós, pessoas com deficiência, passamos o tempo todo ensinando novas lógicas de existência e espacialidade para os corpos corponormativos. Estes, por sua vez, querendo

ou não, conscientes ou não, terminam aprendendo algo com a nossa presença. Essa reflexão dialoga com as discussões que travei em minha dissertação de mestrado, onde investiguei como o capacitismo interfere na autonomia da mulher com deficiência. É nessa fricção diária que a pedagogia do corpo se materializa.

Busco ilustrar essa perspectiva a partir da atuação política do movimento brasileiro de mulheres cegas e com baixa visão, demonstrando como a inserção em movimentos sociais funciona como estratégia de reivindicação diante de barreiras que extrapolam a esfera individual. Adoto um viés interseccional impulsionado pela vivência de sujeitos atravessados por múltiplos marcadores sociais, como gênero, raça e classe. Afinal, a experiência da deficiência não ocorre no vácuo: ao interagir diretamente com o racismo e outras opressões, ela exige uma ação coletiva capaz de transformar a dor e a exclusão histórica em potência de mobilização e transformação social.

Falo a partir de dentro, na condição de pesquisadora e integrante desse coletivo. Minha corporalidade e trajetória se misturam com as linhas desta escrita, assumindo meu lugar de fala (Ribeiro, 2017) como parte constituinte do rigor analítico. Ao explicitar minha localização social e política no interior do movimento, esta abordagem recusa a ilusão de uma ciência universal e assume que a produção do conhecimento é sempre corporificada e comprometida com a transformação das opressões interseccionais.

2. O MBMC COMO CENÁRIO COLETIVO: FRATURANDO A LÓGICA DA NORMALIDADE

De acordo com Dantas e Silva (2025), o Movimento Brasileiro de Mulheres Cegas e com Baixa Visão demarca o território político e afetivo onde a fratura da normalidade ganha corpo. Os movimentos tradicionais pelos direitos das pessoas com deficiência costumavam atuar sob uma lógica universalizante que, na prática, deixava as demandas de gênero em segundo plano. Por outro lado, as vertentes feministas hegemônicas também falharam historicamente ao esquecer de pautar a acessibilidade e o capacitismo. O MBMC nasce justamente desse duplo vácuo, costurando a urgência de combater tanto as opressões de gênero quanto a violência do capacitismo estrutural.

Esse coletivo ganha forma pelo desejo de mulheres com deficiência visual que decidiram erguer um espaço próprio para partilhar anseios e desenhar as suas lutas. Ali dentro, o diagnóstico médico perde centralidade para dar lugar à ressignificação da vida

e à conquista da cidadania. Ao se aquecerem no coletivo, elas arrancam o corpo cego do isolamento doméstico e da tutela familiar, convertendo a vulnerabilidade em agência política. O movimento passa a funcionar como uma comunidade de sentido que desestabiliza a matriz colonial responsável por ditar quem tem direito à voz. Assim, o principal objetivo é visibilizar a pluralidade dessas vozes e construir um lugar social que permita às próprias participantes provocarem o debate e fraturar de vez os saberes hegemônicos que tentam defini-las e tutelá-las.

Essa postura ético-epistemológica converge com o que Marcia Moraes (2010) propõe como um *pesquisarCOM*. É uma virada que desloca quem é pesquisado da condição de objeto passivo para convertê-lo em coprodutor da ciência. Amparada nas pistas de Gilles Deleuze, a autora nos lembra que o verdadeiro exercício do pensamento nasce do impacto de um "golpe" — um embate vivo e sem filtros com o mundo, com os outros e com a própria imanência do campo. É por isso que, ao assumir minha escrita na primeira pessoa, coloco-me também como integrante ativa e implicada no movimento. A metodologia, portanto, abraça esse atrito e o estranhamento do encontro como o verdadeiro motor do conhecimento. Pesquisar com o coletivo exige rejeitar de vez qualquer postura distanciada ou de neutralidade científica; trata-se de assumir uma política ontológica em que o ato de conhecer se engaja na produção de realidades alternativas às opressões que enfrentamos no cotidiano.

Para operacionalizar essa partilha coletiva e transformar o campo em um espaço de co-laboração, solicitei a anuência da coordenação do movimento para utilizar a “Conversatória MBMC” como dispositivo de pesquisa. Esse espaço funciona como uma instância de formação política e debate virtual que ocorre semanalmente na lista de WhatsApp do coletivo. Ali, todas as integrantes são convidadas a compartilhar e debater assuntos que atravessam suas rotinas, configurando uma verdadeira rede de troca. Essa escolha metodológica permite que mulheres de diferentes territórios consigam dialogar sobre realidades diversas, aproximando contextos sociais que a distância geográfica isola, e tudo em um tempo muito menor do que se esperássemos pelos encontros presenciais — que acontecem apenas a cada um ou dois anos. Outra grande vantagem dessa dinâmica é a garantia da acessibilidade metodológica, já que as participantes conseguem formular suas narrativas respeitando o tempo e o ritmo exigidos pelo seu próprio cotidiano.

No dia anterior ao início da dinâmica, ifiquei em sensibilizar as companheiras do Movimento Brasileiro de Mulheres Cegas e com Baixa Visão, convidando-as a resgatar memórias e trajetórias a partir da minha própria vivência. Ao me apresentar e

relembrar minha história como mulher com cegueira total e deficiência física decorrentes de uma condição neurológica, problematizei como as demandas de acessibilidade do meu corpo tensionam o espaço urbano e forçam mudanças nas atitudes e percepções do entorno. Propus que elas olhassem para os seus próprios papéis sociais, reconhecendo-me, ali, também como uma mulher vulnerabilizada socialmente.

Sabendo que esses cruzamentos corporais e sociais não são exclusivos meus, convoquei o coletivo para pensarmos juntas. Expliquei que a intenção daquela conversatória, que se desdobraria em perguntas provocadoras no dia seguinte, era reunir elementos para a escrita de um artigo científico destinado à 35ª Reunião Brasileira de Antropologia. Nesse movimento, firmei com o grupo o compromisso ético do sigilo e do anonimato. Minha intenção era garantir que aquela dinâmica rápida funcionasse como um espaço seguro, onde participassem ativamente apenas as mulheres que se sentissem confortáveis para partilhar suas dores e inquietações.

Para fechar essa preparação, deixei registrada por escrito a principal pergunta provocadora, facilitando a visualização de todas:

“Conforme combinamos, vamos partilhar a potência das nossas histórias. O nosso debate hoje é sobre o nosso corpo: esse corpo que caminha, que sente, que ocupa espaço e que bate de frente com os padrões da sociedade. Nós somos mulheres cegas e com baixa visão, mas nossos corpos são múltiplos: somos idosas, jovens, gordas, magras, altas, baixinhas, pretas, brancas, e muitas de nós também têm outras deficiências (como físicas ou auditivas). Vocês conseguem lembrar de alguma situação (na rua, no trabalho, na saúde, em casa) onde o corpo de vocês obrigou as pessoas a mudarem a atitude ou o jeito de enxergar o espaço?”

As respostas obtidas foram tratadas aqui como um verdadeiro mosaico de resistência. Nelas, a experiência da dissidência corpórea cruza com dimensões geracionais, raciais, estéticas e outras condições funcionais associadas, como as barreiras físicas e auditivas. Desse modo, os relatos individuais revelam na prática o que é dito pela teoria, forçando a sociedade a repensar e fissurar as estruturas capacitistas do espaço social.

Para garantir o sigilo das participantes, adotei a estratégia de nomeá-las com nomes de flores. Essa escolha nominal dialoga diretamente com a identidade visual do próprio movimento, cujo logotipo oficial do MBMC é uma flor de oito pétalas estilizadas em formato de olhos. Vale destacar que essa proposta estética nasceu em um

artigo anterior que escrevi em coautoria com Denise Santos Silva, também integrante do movimento.

Ao transpor o símbolo do logotipo para a identidade das colaboradoras, a pesquisa assume um duplo compromisso. O primeiro é a preservação do sigilo, atendendo à ética na pesquisa com seres humanos; o segundo é o alinhamento epistêmico, que substitui a lógica positivista da neutralidade despersonalizada por uma política de afeto e pertencimento institucional. Atribuir nomes de flores evoca a singularidade de cada trajetória e a capacidade de resistência desse coletivo: mulheres que, ao mesmo tempo em que florescem, tensionam o mundo pelo olhar sensível de suas pétalas. Dessa forma, poeticamente, o "perfume das flores" passa a funcionar como um operador conceitual e ético que protege a integridade das participantes, garantindo às suas formulações teóricas e insurgências políticas o devido contorno humano e organicidade institucional.

4. A PEDAGOGIA DO CORPO ENTRE A ANTROPOLOGIA COM DEFICIÊNCIA E OS ESTUDOS CRÍTICOS

Para compreender como a presença do corpo dissidente no Movimento Brasileiro de Mulheres Cegas e com Baixa Visão se constitui como práxis pedagógica e política, é preciso deslocar a deficiência do diagnóstico médico e reposicioná-la como uma categoria analítica central. O referencial dos Estudos Críticos da Deficiência, ao dialogar com a antropologia do corpo e da performance, dá sustentação teórica para expor as estruturas normativas que insistem em empurrar esses corpos para a margem. Nesse horizonte, pensar em uma pedagogia do corpo significa assumir que a nossa agência política e os processos de aprendizado nascem de uma corporalidade viva — uma carne materializada que ensina e tensiona o mundo à medida que o experiencia.

A base ontológica e social dessa perspectiva encontra forte ancoragem na antropologia com deficiência de Olivia von der Weid (2023, 2025). Ao formular o conceito de acessibilidade transformativa e propor o exercício de contracolonizar o corpo, a autora nos convida a um deslocamento radical do modelo normativo moldado pela matriz colonial-capitalista. Nesse sentido, a deficiência deixa de ser lida pelo discurso da falta ou do déficit biológico; ela passa a ser assumida como uma singularidade corporal e uma força generativa para a expressão da vida e a produção de saberes práticos.

Essa leitura caminha em diálogo com as formulações da antropóloga e ativista Anahí Guedes de Mello (2016), que defende que a deficiência não pode ser compreendida fora de uma matriz interseccional, uma vez que as marcas da opressão e da resistência estão inscritas na carne. Mello propõe compreender o capacitismo como uma estrutura opressiva semelhante ao racismo e ao sexismo — que dita e hierarquiza quais sujeitos são válidos ou funcionalmente produtivos na engrenagem social. Desse modo, as vivências das mulheres cegas e com baixa visão — que manejam o espaço com ritmos e apoios próprios, a partir de uma ontologia sensorial prática — deixam de ser vistas como "limitação". Elas passam a ser compreendidas como formas legítimas e políticas de existir.

Esse tensionamento entre o corpo político e o mundo ganha contornos ainda mais nítidos quando articulado ao conceito de *misfit* (desajuste) da feminista materialista Rosemarie Garland-Thomson (2011). Para a autora, a estrutura material e institucional do mundo é ativamente projetada para acomodar e privilegiar corporalidades majoritárias tidas como "padrão", espelhando as fantasias de autonomia e produtividade da matriz colonial-capitalista.

O *misfit* ocorre justamente no desencontro e no choque entre uma corporalidade dissidente e um ambiente que não foi planejado para recebê-la. Quando essas duas instâncias se reúnem e não há encaixe real, a exclusão se materializa. A deficiência, portanto, deixa de ser vista como um "defeito" intrínseco ao sujeito ou uma tragédia médica pessoal; ela passa a ser compreendida como um efeito político da incompatibilidade espacial. O *misfit* é a experiência corporal dessa opressão, gerada quando o arranjo público falha em ser acolhedor.

Ao cruzar a perspectiva de von der Weid (2023, 2025) com a de Garland-Thomson (2011), compreendemos que o corpo com deficiência, ao vivenciar o atrito contínuo do desajuste nos espaços cotidianos, acumula um saber prático e corpóreo sobre as estruturas de poder. Quando essas mulheres saem do isolamento privado e se engajam no cenário coletivo do MBMC, esse acúmulo de experiências deixa de ser uma dor solitária e se converte em combustível para a mobilização. A pedagogia do corpo funciona quando a presença física dessas companheiras — que manejam apoios próprios e subvertem a coreografia da normalidade compulsória — força um tensionamento pedagógico nas instituições e vias públicas. Suas performances políticas coletivas atuam como uma ruptura epistemológica que desnaturaliza o privilégio capacitista, ensinando à sociedade que a normalidade nada mais é do que um projeto

político de exclusão estrutural e social. É nessa práxis de contracolônização que os corpos se reconhecem políticos e articulam a fratura definitiva das opressões.

É válido esclarecer a distinção teórica entre o capacitismo e o desajuste (*misfit*). Embora atuem de forma complementar, essas categorias se situam em dimensões diferentes. O capacitismo, na linha discutida por Campbell (2008) e Mello (2016), funciona como a matriz ideológica que hierarquiza as corporalidades a partir de uma lógica de eficiência e normalidade presumida. É uma opressão estrutural, semelhante ao racismo ou ao sexismo, que molda discursos, leis e atitudes que acabam invisibilizando quem foge do padrão.

Já o desajuste, nos termos de Garland-Thomson (2011), surge como a materialização geográfica e performática desse processo. O desajuste é o impacto do corpo cego contra a calçada sem piso podotátil; é o atrito físico e imediato de uma corporalidade dissidente em um ambiente edificado sob a ilusão da harmonia funcional. Em suma, enquanto o capacitismo desenha a estrutura excludente, o desajuste é o encontro material que escancara as fraturas dessa engrenagem. É na vivência desse desajuste que emerge o que aqui chamo de uma pedagogia do corpo. Esse corpo dissidente ensina e produz conhecimento ao legitimar outras formas de ler o mundo e se mover nele. Ao recusar o lugar da falta, a corporalidade das mulheres com deficiência visual desmonta a lógica da meritocracia corporal — aquela narrativa neoliberal de que a inclusão depende apenas do esforço individual de "superar" as próprias limitações. A pedagogia do corpo demonstra que o problema nunca esteve na carne ou nos olhos que não veem, mas na rigidez de um mundo que se recusa a se reconfigurar. O que falta, na verdade, são relações sociais assentadas na interdependência e no acolhimento de nossas multiplicidades.

Essa transição da dor solitária para a conscientização política encontra eco na clássica formulação de Paulo Freire (1970) em *Pedagogia do Oprimido*. Embora o autor tenha pensado suas bases a partir da educação popular e das relações de classe, a premissa de que a libertação é uma práxis vai justamente ao encontro da dinâmica interna do MBMC. Como Freire bem nos lembra, ninguém se liberta no isolamento. A emancipação acontece em comunhão, por meio de uma ação reflexiva e partilhada sobre a própria realidade.

No contexto das mulheres cegas e com baixa visão, o isolamento doméstico e a tutela familiar funcionam como engrenagens de opressão que silenciam corpos e agências. É quando elas se reúnem no espaço coletivo do movimento que o território

dessa pedagogia libertadora ganha forma. No MBMC, o diálogo e o reconhecimento das opressões interseccionais na pele transformam o atrito do desajuste cotidiano em práxis política. O coletivo se torna o espaço onde esses corpos deixam a condição de objetos de discursos médicos ou assistencialistas; ali, elas se assumem como sujeitos da própria emancipação. Ao acionar a acessibilidade transformativa para contracolonizar as vivências, o grupo força uma ruptura com a lógica capacitista, ensinando à sociedade que acessar o mundo é uma partilha política e humana.

5. RODA DE CONVERSA: O DESAJUSTE NA CARNE E A PEDAGOGIA DA PRESENÇA

Para compreender como o desajuste (*misfit*) se materializa no cotidiano, a Conversatória do MBMC funcionou como um terreno de partilha onde as dores individuais viraram diagnóstico político coletivo. Diante dos limites do texto, não foi possível incluir a totalidade das participantes ou de suas manifestações naquele dia; no entanto, os relatos selecionados dão o contorno exato do atrito entre corporalidades plurais e um mundo projetado para uma harmonia funcional excludente. As narrativas trazidas na sequência dialogam entre si e evidenciam que o corpo com múltiplas deficiências é o que sente, de forma mais intensa, o choque da inadequação das estruturas e das atitudes.

Margarida: Meninas, imaginem o que é circular com um corpo preto, periférico e cego dentro de espaços de elite como a PUC ou a Estácio aqui no Rio. A gente sente na pele que um corpo como o meu não foi planejado para estar ali, a não ser empunhando uma vassoura. O desbravar dessas intersecções é constante e é doloroso. Mas o buraco é mais embaixo quando a gente olha para a estrutura física da cidade. Recentemente, em uma audiência pública na ALERJ, discutíamos o transporte público e os validadores de ônibus. Eu tenho 1,70 m e preciso suspender a mão lá no alto para validar. Agora, pensem em uma mulher com nanismo. Como faz? E os degraus imensos do ônibus para quem é longeva ou tem mobilidade reduzida? A cidade é desenhada sob uma fantasia de padrão que simplesmente ignora as nossas especificidades.

Rosa: É exatamente isso, Margarida. O mundo é estático, e a gente só passa a existir para eles se o nosso corpo estiver lá tensionando. A reflexão que fica é séria: se a nossa presença física não grita, a gente passa despercebida. A dinâmica diferenciada só acontece sob o impacto da nossa presença. Nosso corpo é pedagógico e ensina o sistema a conviver com a diversidade a força.

Jasmim: Ouvir vocês falando sobre esse "corpo educativo" me faz pensar que, às vezes, o desajuste mais doloroso e preconceituoso não está na rua, mas dentro da nossa própria casa, na família. A deficiência visual me limita, claro; mesmo não reconhecendo ou identificando as pessoas, eu vou aos lugares. Mas a deficiência auditiva... essa me incomoda muito mais. Nas reuniões familiares, todo mundo fala junto, ao mesmo tempo. Eles querem que eu acompanhe as coisas, mas começam a reclamar se eu não entendo, principalmente se eu não estiver de frente para a pessoa, olhando bem perto. Eu simplesmente não consigo. Então, diante dessa cobrança e desse clima tão desagradável, eu me calo. É muito irritante. Atualmente, mesmo usando o aparelho, estou me recusando a participar de eventos barulhentos, festas de família, encontros em bar, porque sei que vou ficar ali com cara de "vaquinha de presépio": olha para lá, olha para cá, sorri, mas sem saber o que está acontecendo. A auditiva me limita e me isola profundamente.

Violeta: O que você trouxe sobre o silenciamento e o isolamento mexe muito comigo, Jasmin. E dialoga diretamente com o que a Priscila propõe sobre a pedagogia do corpo com deficiência. Na minha vida, as múltiplas deficiências foram surgindo com largos tempos de distância. Descobri o glaucoma aos 18 anos, mas não tinha a perda que tenho hoje. Logo depois, descobri a perda auditiva. De início, não coloquei o aparelho; a vida foi me levando por outros caminhos e aquilo não era prioridade. Mas à medida que as perdas se acentuaram e começaram a mexer com o meu mundo de trabalho e escolar, o impacto veio forte — principalmente a perda auditiva, que era mais acentuada. E sabe o que eu fazia? Eu não comentava com ninguém. Não falava. Só dizia: "O quê? Não entendi". As pessoas gozavam,

faziam chacotas, e eu ria junto. Eu ria das chacotas porque a gente quer desesperadamente se incluir naquele grupo, quer pertencer.

Jasmim: A gente se violenta para tentar caber no padrão deles, não é?

Violeta: Perfeitamente. Foram passar os dias, os anos... Só depois de adulta, com filho criado, mais de 20 anos depois, é que fui colocar a prótese auditiva. E a visão perdi consideravelmente após o tratamento do meu câncer, em 2016. Eu já andava no braço do meu irmão e da minha ex-cunhada. Foi quando encontrei a associação, conheci outras pessoas cegas e com baixa visão, e a bengala finalmente surgiu na minha vida. Hoje, aos 60 anos, com esse mosaico de glaucoma, surdez bilateral severa e a prótese no quadril, eu sinto a fadiga de acesso na pele.

Bromélia: Falando aqui. Recentemente, me recusei a subir num palco de congresso porque só havia degraus altos, sem rampa. Em outra situação, por conta de uma cardiopatia, precisei de acompanhante e a organização negou dizendo que "não tinha verba". O ambiente nos adocece porque o acesso não é seriado. Eles tentam nos fragmentar, mas nós somos indivíduos com especificidades cruzadas.

Cravo: Essa barreira atitudinal e o julgamento sobre a nossa capacidade são marcas constantes. Eu tenho mobilidade reduzida e problema na visão. Em certos lugares, as pessoas tentam nos ditar as regras com total descaso: "Você tem que ir para o fundo", "Tem que fazer assim, assado". Eu sempre bato de frente. Se eu tenho o direito, eu vou entrar e ocupar. Historicamente, nos cursos que fiz ou nas empresas onde tentei trabalhar no Rio, sempre tinha aquela voz desconfiada nos testando, dizendo: "Você não é capaz, você não vai conseguir". E eu respondia: "Eu vou provar que faço". E fazia! Ia lá, passava nos testes e provava o contrário. Teve uma época em que só não fiquei na Comlurb (Companhia Municipal de Limpeza Urbana) por conta de restrições burocráticas do exame médico da época que diminuiu a viabilidade, mas profissionalmente estava tudo ok. Não podemos baixar a cabeça.

Orquídea: Escutando vocês falarem sobre o mercado de trabalho e o preconceito institucional, lembrei de uma situação que vivi há uns dois anos. Eu era estudante de pedagogia e fiz entrevista para um estágio numa clínica. Fui super bem atendida na primeira vez, mas não me retornaram. No ano seguinte, a vaga abriu de novo e eu me inscrevi. Dessa vez, fui entrevistada por duas mulheres diferentes. A primeira pergunta que me fizeram foi: "Como você vai ensinar cores para as crianças? Aqui a gente não trabalha com criança cega, trabalha com autismo e deficiência intelectual grave; é um local perigoso, as crianças são agressivas". Na hora foi um baque. Percebi pelo discurso que elas já estavam me eliminando ali, pelo simples fato de olharem para a minha deficiência e presumirem que eu seria um "transtorno", um estorvo, e não um auxílio. Respirei fundo, respondi o melhor que

pude, mas saí de lá afirmando para todo mundo que não conseguiria a vaga por causa daquela barreira sobre as cores.

Margarida: E eles te deram o retorno depois desse absurdo?

Orquídea: Para a minha surpresa, eu consegui a vaga! Mas não com aquelas duas. Consegui o turno daquela primeira entrevistadora de um ano atrás. Quando ganhei intimidade, contei para ela o preconceito que sofri daquelas duas entrevistadoras. Ela ficou abismadíssima. E a resposta dela sobre a pergunta das cores foi uma virada de chave para mim: "Orquídea, tem tanta gente para ensinar cor para uma criança, por que tem que ser você a ensinar?". Isso me mostrou o quanto a percepção das pessoas impacta nossas vidas. O mundo é muito grande, mas as mentes institucionais ainda pensam muito pequeno. Com adaptação de material, tudo é possível. Hoje estou me formando e ela está fazendo de tudo para eu continuar lá na equipe como pós-graduanda.

Rosa: Recentemente, em uma reunião pedagógica online, entrei com a câmera e o microfone fechados. Logo no início, uma colega foi falar e comentou: "*Ah, não preciso fazer audiodescrição porque a Rosa não está aqui*". No final, quando todos abriram as câmeras, eu brinquei dizendo que estava ali desde o começo. Ela ficou super nervosa, pediu desculpas, e eu acolhi com muita tranquilidade. A reflexão que me ficou desse momento é o quanto a nossa existência e convivência nesses espaços são pedagógicas. Se eu de fato não estivesse ali, a descrição não seria necessária. Mas o fato de aquela colega ter lembrado de mim, associando a minha figura à necessidade de se descrever, mostra que ela aprendeu a lição. A convivência gerou empatia. A nossa presença educa o outro pelo afeto e pelo cotidiano, fazendo com que a acessibilidade vire um gesto natural de cuidado.

Crisântemo: O que eu compreendo dessa pedagogia é que, onde quer que a gente esteja, quando trazemos o nosso conhecimento e o nosso jeito de ser, isso vai causar um incômodo necessário. Na faculdade, as pessoas usavam o termo "inspirar", mas o fato é que a nossa presença força o outro a mudar o jeito de pensar e agir perante a deficiência. O nosso corpo é uma ponte que nos leva a lugares que eles consideravam imagináveis para nós. É ocupando esses lugares que nos encontramos com outros corpos diversos, divergentes e neurodivergentes. O preconceito e o estereótipo sempre vão existir por aí, mas as barreiras só começam a ruir porque a gente se permite e se impõe nesses espaços.

ANÁLISE TEÓRICA DO DIÁLOGO

O feixe de relatos expande de forma contundente o conceito de desajuste (*misfit*) de Rosemarie Garland-Thomson. Jasmim desloca a categoria do espaço público

para o coração da esfera privada: o lar. O ambiente doméstico, teoricamente associado ao acolhimento, revela-se um espaço de profunda desacomodação atitudinal, onde a dinâmica da comunicação multifocal e a exigência de hipervigilância transformam o momento familiar em um cenário de exclusão. A recusa de Jasmim em habitar esses espaços barulhentos para não se sujeitar à condição de "vaquinha de prezépio" ilustra como o desajuste gera o autoisolamento como mecanismo de preservação da dignidade subjetiva.

Complementarmente, a historicidade trazida por Violeta expõe a pedagogia do corpo em sua dimensão temporal e de sobrevivência. O ato de rir das chacotas na juventude para "pertencer" escancara a violência do capacitismo estrutural, que exige do sujeito com deficiência a performance da complacência para ser aceito. O processo de transição — até o encontro com os pares e a assunção da bengala — demonstra que a identidade da deficiência múltipla é construída também no tensionamento com o próprio corpo que envelhece e se resignifica.

Os relatos de Cravo e Orquídea inserem o desajuste no mundo do trabalho e das instituições de ensino. A violência institucional sofrida por Orquídea na entrevista de estágio sintetiza o olhar biomédico e utilitarista: o corpo cego é imediatamente codificado como um "risco" ou um "transtorno" para a clínica de neuropsicopedagogia, antes mesmo de suas capacidades intelectuais serem avaliadas. A indagação capacitista sobre "como ensinar cores" funciona como uma barreira estética e atitudinal para interditar o acesso. A virada metodológica ocorre através da intervenção de uma liderança aliada que descentraliza a visão normativa: ao pontuar que a divisão social do trabalho pedagógico não precisa exigir que o corpo com deficiência performe todas as funções da mesma forma, rompe com o pensamento pequeno do sistema, validando a presença e a produção intelectual desse corpo na pós-graduação.

A vivência política trazida na roda de conversa adiciona uma camada crucial a essa engrenagem ao introduzir o que se pode chamar de pedagogia do constrangimento ou pedagogia corporal. Ao habitar espaços de poder institucionalizado, o corpo com marcas raras e múltiplas atua como um "corpo estranho" que quebra a ficção da acessibilidade pasteurizada (muitas vezes reduzida burocraticamente à presença de Libras, sem considerar a complexidade de outras corporalidades). O constrangimento gerado na mesa institucional não é um fim em si mesmo, mas uma força pedagógica que expõe a miopia das políticas públicas e a insistência do sistema em enxergar sujeitos de forma padronizada ou "seriada". A recusa em aceitar palcos sem rampa ou a exclusão

por falta de verba para acompanhantes de saúde são tentativas de sabotar o exercício pleno da cidadania civil e política.

Por fim, as percepções se amarram ao definir o corpo com deficiência como uma ponte pedagógica. O incômodo necessário desmistifica a narrativa romântica da "inspiração" capacitista: a presença desses corpos não serve para emocionar a norma, mas para fraturar estereótipos e forçar uma transformação radical na ação coletiva, tecendo coalizões com outras corporalidades diversas, divergentes e neurodivergentes nos espaços de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação da práxis política e pedagógica no interior do Movimento Brasileiro de Mulheres Cegas e com Baixa Visão demonstra que a transformação social exige a centralidade do corpo dissidente. Ao politizar o desajuste e recusar a lógica neoliberal da superação individual, as ativistas constroem coletivamente novas fendas nas estruturas capacitistas, racistas e patriarcais. O corpo com deficiência, portanto, deixa de ser o lugar do déficit para se consolidar como o território vivo da insurgência e da produção de saberes emancipatórios.

REFERÊNCIAS

- CAMPBELL, Fiona Kumari. "Exploring Internalized Ableism using Critical Race Theory." *Disability & Society* 23:2, 2008: 151–162.
- DANTAS, Priscilla Isabel Menezes; SILVA, Denise Santos. 10 anos do Movimento Brasileiro de Mulheres Cegas e com Baixa Visão: A importância social para ressignificar a vida e a reivindicação da cidadania de mulheres com deficiência visual. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 13., 2024, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: UFSC, 2024. p. 1-12. Disponível em: <https://www.fg2024.eventos.dype.com.br/anais/trabalhos/lista#P>. Acesso em: 30 jun. 2026.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- GARLAND-THOMSON, Rosemarie. Misfits: A Feminist Materialist Disability Concept. *Hypatia: A Journal of Feminist Philosophy*, v. 26, n. 3, p. 591-609, 2011.
- MELLO, Anahí Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do diagnóstico médico à justiça social. *Conexões*, Campinas, v. 14, n. 2, p. 116–130, 2016.
- MORAES, Marcia. PesquisarCOM: Política Ontológica e Produção de Conhecimento. *Psicologia & Sociedade*, v. 22, n. 1, p. 26-33, 2010.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento/Justiça Poética, 2017. (Coleção Feminismos Plurais).

WEID, Olivia von der. Contracolonizar o corpo: uma antropologia com deficiência. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 31, n. 72, e720405, maio/ago. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9983e720405>.

_____. Do avesso vinha o verso: corporalidades dissidentes, acessibilidade transformativa. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 24, n. 66, p. 11-39, dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1984-1191.138565>.